

MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

Nelson Grzybowski, Consultor e Biólogo

Orbe Brasilis

orbe@orbebrasilis.com.br - Artigo cedido pela Orbe Brasilis

A suinocultura ocupa uma posição de grande relevância no processo econômico, porém, a atividade necessita de melhorias em seu processo produtivo, propiciando maior sustentabilidade à cadeia e protegendo o meio ambiente. É uma atividade que participa na renda de grande parte das propriedades rurais no Brasil. O aproveitamento dos dejetos dos suínos com a produção do biogás, a negociação dos Créditos de Carbono e o uso de biofertilizantes adequadamente, são alternativas que implicam em assumir responsabilidades para reduzir as emissões de poluentes e promover o desenvolvimento sustentável.

O envolvimento da poluição pode ser considerado bem abrangente e implica na necessidade de reestruturação para a aplicação da legislação existente. Há dificuldade de estimar os níveis de poluição da água, ar e solo, além disso, temos a falta de consenso sobre quais as tecnologias são mais adequadas e como controlar a poluição. A criação de suínos em confinamento tem um potencial de poluição elevado causado por seus dejetos. Essa característica se deve, fundamentalmente, à composição química dos dejetos que quando são lançados ao solo, sem o adequado tratamento, em cursos ou fontes de água ocasionam impactos ao meio ambiente. Esses dejetos devem passar por um tratamento adequado, pois quando isto não fizer parte do manejo, são fontes de infecção às populações humana e animal. A poluição na suinocultura é avaliada através da Demanda Biológica de Oxigênio (DBO), ou seja, o quanto de oxigênio que o rio ou córrego deverá ter para que o dejetos não cause problemas ao meio ambiente. O dejetos bruto proveniente da suinocultura possui em torno de 15.000 mg/l de DBO, necessitando aproximadamente de 7.000 litros de águas de rio não poluída para descontaminar 1 litro de dejetos de suíno não tratado. A dimensão econômica do desenvolvimento sustentável integra aspectos de competitividade e viabilidade em relação à capacidade tecnológica de produzir. O meio ambiente envolve uma multiplicidade de aspectos, como: biodiversidade, capacidade de absorção e reciclagem de resíduos, insumos e subprodutos da atividade em níveis não poluentes e as inúmeras relações que envolvem todos estes aspectos ambientais passando atualmente em torno de estratégias de sustentabilidade. Entender o problema é observar em uma propriedade a produção de animais e dejetos constantemente e ver se a capacidade de absorção está de acordo com o requerimento dos solos em relação às culturas cultivadas. Cabe aqui a análise de solo para a deposição dos dejetos, e a necessidade de tratamento dos dejetos para evitar impactos de produção ao meio ambiente. No Brasil se observa nitidamente que a questão ambiental está ligada à questão democrática e este é um desafio para as forças progressistas. O uso racional dos recursos, o respeito pelo patrimônio natural nacional e as políticas territoriais, não muito eficientes, passam pelo controle que a sociedade exerce sobre o estado. Os problemas ambientais possuem várias interfaces e exigem soluções integradas com contribuição dos vários campos de conhecimento. A ciência ambiental caminha no sentido da integração e tem na inter- disciplinaridade um de seus principais fundamentos. A solução dos vários campos do conhecimento repara e reformula a relação do homem com o ambiente, refletindo, em grande parte, no saber científico e na aplicação tecnológica em busca de manter o ambiente em equilíbrio.

A responsabilidade pelos dejetos produzidos na suinocultura junto à propriedade rural é do produtor, mas na cadeia produtiva tem a participação política, social e econômica, cada uma contribuindo com sua parcela de colaborações, nas mais diversas formas de atribuições. A economia, com sua mudança causada pela globalização, criou os lugares onde cada vez estamos mais inseridos em redes de relações, através de circuitos que são planetários. A economia cresce pela inovação técnico-científica, a fronteira tecnológica substitui a fronteira territorial, a velocidade de inovação que se projeta é particularmente maldosa prejudicando o terceiro mundo. O Protocolo de Kyoto em busca de melhorar o clima do planeta com o equilíbrio da condição climática, tenta incentivar, implementando meios para que os processos da suinocultura reduzam os Gases de Efeito Estufa. Para isso, pode se desenvolver alternativas do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), e esta alternativa implica em assumir responsabilidades para reduzir as emissões de poluentes e promover o desenvolvimento sustentável. São mecanismos de investimentos pelos quais, os países desenvolvidos tem metas de redução e emissão e aplicação de recursos financeiros em projetos que venham reduzir a emissão destes gases. O mercado do Crédito de Carbono surgiu a partir do Protocolo de Kyoto, pelo acordo assinado em 1997 que prevê a redução da emissão de gases que produzem o efeito estufa. No Protocolo de Kyoto estipulou-se uma redução média de 5,2% com base da emissão do ano de 1990.

Na suinocultura o processo de fermentação dos dejetos produz Gases de Efeito Estufa, como gás metano, carbônico e sulfídrico. No sistema de manejo de lagoas estes gases são liberados para atmosfera. O biodigestor é indispensável no processo de tratamento dos dejetos, o qual realiza uma remoção da carga orgânica. A digestão dos sólidos no fundo do biodigestor processa a formação de uma camada de lodo vivo onde ocorre o processo de fermentação anaeróbica e a degradação da matéria orgânica com geração dos gases. Sendo o biodigestor de compartimento fechado o gás não é mais liberado naturalmente para a atmosfera, ao contrário, ele é conduzido por canalização para a queima, podendo ser queima natural, uso para aquecimento ou produção de energia. Segundo o Protocolo de Kyoto, os projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na atividade da suinocultura passam por diversos estágios durante o processo do contrato de três períodos de sete anos ou um único período de 10 anos. Para o produtor buscar os Créditos de Carbono na atividade, ele deverá primeiro buscar se adequar às normas ambientais vigentes e ter a licença para a operação da atividade de suínos. Após isso, ele deverá buscar uma empresa que use uma das metodologias aprovadas pela ONU para o apoio no desenvolvimento do projeto. Após a busca de dados, levantamentos iniciais do sistema (base), se desenvolve o projeto justificando o adicionalidade no favorecimento das condições do meio ambiente. Após o projeto desenvolvido deverá se buscar a validação junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MTC). A concepção do projeto de redução de emissão de Gases de Efeito Estufa é um dos passos para que os projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpos sejam verificados de tal forma que tenham ocorrido conforme o planejamento. Somente desta forma, são cumpridos todos os passos do projeto MDL, e será comprovada a captação e a queima dos Gases de Efeito Estufa que poderão gerar a moeda de Crédito de Carbono. O trabalho de monitoramento das empresas que montaram o projeto é de suma importância para que se consiga atingir os objetivos iniciais, pois as validações são realizadas por entidades operacionais independentes.

A revisão dos resultados monitorados e dos sistemas de coleta de dados relacionados à redução de emissões dos gases, as práticas estabelecidas, a precisão dos dados levantados, bem como do equipamento, são realizadas periodicamente por técnicos capacitados das empresas responsáveis pelo projeto, bem como a revisão do sistema de gestão no qual se baseia o relatório de reduções de emissões.

Após este estágio deverá proceder à busca do registro junto a (UNFCCC). Durante o andamento e após estas etapas deverá ser implementado o projeto na prática, com o monitoramento, o período da produção de gás, sua qualidade e queima, e a qualidade do biofertilizante. Todos estes passos documentados, após busca da verificação garantem a certificação dos Créditos.

Fonte: ACSURS